

N.F. Nº - 281392.0083/17-3  
NOTIFICA - JOSÉ ROBERTO DE FREITAS PESSOA  
NOTIFICANTE - PAULO CÂNCIO DE SOUZA  
ORIGEM - INFAZ ATACADO  
PUBLICAÇÃO – INTERNET – 06.12.2021

#### 6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0424-06/21NF-VD

**EMENTA:** ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. Constatada inobservância de preceitos legais e jurisprudência predominante no CONSEF/BA. Lançamento atingido pelo instituto da decadência. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 06/12/2017, exige do Notificado ITD no valor de R\$3.600,00, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 41.01.01: falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos.

Enquadramento Legal: art. 1º, inciso III da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 22 a 27), anexando cópia de Documento de Arrecadação – DAE, quitado em 05/07/2017 (fl. 27), cuja especificação de receita é “ITD EXTRA JUDICIAL”, requerendo a improcedência total da Notificação Fiscal.

Na Informação Fiscal de fl. 29, o Notificante inicialmente reproduz o conteúdo do lançamento e da argumentação da Notificada. Esclarecendo que o DAE pago em 05/07/2017 engloba o valor principal e os juros de 06/2017 a 07/2017. Prossegue sugerindo o cancelamento da multa, haja vista que o pagamento foi feito antes da lavratura da Notificação.

Expressa o entendimento que os juros que não foram pagos, devendo ser mantidos, ou seja, que do valor quitado, equivalente a R\$3.655,80, deve ser deduzido o valor a pagar.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

#### VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ITD no valor de R\$3.600,00 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de créditos. O Contribuinte declarou uma doação recebida de R\$180.000,00 no Imposto de Renda, ano calendário 2012, não recolhendo o respectivo imposto.

Registre-se que a SEFAZ/BA tomou conhecimento da doação a partir de dados informados pela Receita Federal, através de Convênio de Cooperação Técnica.

Cumpra destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal

dele decorrente estão revestidos das formalidades legais, e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, o Notificado, anexa cópia de Documento de Arrecadação – DAE, quitado em 05/07/2017, cuja especificação de receita é “ITD EXTRA JUDICIAL” (fl. 27), requerendo a improcedência total da Notificação Fiscal.

Na Informação Fiscal de fl. 29, o Notificante esclarece que o DAE pago em 05/07/2017 engloba o valor principal e os juros de 06/2017 a 07/2017. Prossegue sugerindo o cancelamento da multa, haja vista que o pagamento foi feito antes da lavratura da Notificação e expressando o entendimento de que os juros que não foram pagos, devem ser mantidos, ou seja, que do valor quitado, equivalente a R\$3.655,80, deve ser deduzido o valor a pagar.

Verifico que a ciência do Aviso de Recebimento da Intimação, que trata da lavratura do presente lançamento, para pagamento ou apresentação de justificativa, ocorreu em **07/03/2018** (fl. 16). Note-se que a lavratura ocorreu em **06/12/2017**, referindo-se à irregularidade, cuja data de ocorrência foi descrita como **30/11/2012**.

Conforme a Súmula do CONSEF/BA nº 12, para efeito da contagem do prazo decadencial, **o lançamento só se aperfeiçoa com a ciência do contribuinte acerca do auto de infração**. Cabendo registrar que a súmula supramencionada tomou como base a jurisprudência predominante do Conselho, bem como as seguintes referências legislativas: art. 150, § 4º do CTN; art. 173 do CTN e Súmula Vinculante nº 08 do STF.

Considerando que a ciência ocorreu após decorrido lapso temporal superior a 05 (cinco) anos, entendo descaber qualquer tipo de exigência, relativa ao presente lançamento, pois atingido pelo instituto da decadência.

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **281392.0083/17-3**, lavrada contra **JOSÉ ROBERTO DE FREITAS PESSOA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 26 de novembro de 2021

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/JULGADOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR